Diário Oficial

Maceió - Sexta-feira
22 de Janeiro de 2010

Estado de Alagoas
Unidade Federativa do Brasil

Ano XCVIII
Número 499

Ministério Público Estadual

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
EDUARDO TAVARES MENDES
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO
EDUARDO BARROS MALHEIROS
CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO
CORREGEDOR- GERAL SUBSTITUTO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
EDUARDO TAVARES MENDES
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELLOS
EDUARDO BARROS MALHEIROS
LUCIANO CHAGAS DA SILVA
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FELIX CORREIA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE
JOSÉ ARTUR MELO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
EDUARDO TAVARES MENDES
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARRO TEIXEIRA NETO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
AFRÂNIO ROBERTO P. DE QUEIROZ

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
MARCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

DIRETOR DO 1º CAO
LUIZ DE A. MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CHEFE DE GABINETE
FERNANDO AUGUSTO DE ARAÚJO JORGE

DIRETORA GERAL
RITA DE CÁSSIA CAMPOS CAVALCANTE

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
WILLIAMS PACÍFICO ARAÚJO DOS SANTOS

DIRETOR DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA
ADRIANO MARQUES RAMOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
ALEXANDRE HENRIQUE DA SILVA LINO

Procuradoria-Geral de JUSTIÇA

DIRETORIA GERAL

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. EDUARDO TAVARES MENDES, DESPACHOU, NESTA DATA, OS SEGUINTES PROCESSOS:
Proc: 3.406/09
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc: 142/10
Interessado: Dra. Adriana Accioly de Lima Vilela, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerendo licença maternidade.
Despacho: Defiro. À DP para as anotações pertinentes. Após, arquive-se.

O CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, DR. FERNANDO AUGUSTO DE ARAÚJO JORGE, DESPACHOU, NESTA DATA, POR DELEGAÇÃO, OS SEGUINTES PROCESSOS:
Proc: 3.369/09
Interessado: Rivoldo Costa Sarmento e Luciano Chagas da Silva, Procurador de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Encaminhem-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.
Proc: 112/10
Interessado: Conselho Regional de Medicina do Estado de Alagoas - CREMAL.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Encaminhe-se ao Setor de Protocolo para informar.
Proc: 114/10
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos (Proc. 1.11.000.000772/2009-59).
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.
Proc: 115/10
Interessado: Secretaria de Estado da Fazenda.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Estadual.
Proc: 120/10
Interessado: Superintendência da Receita Estadual de Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Estadual.
Proc: 121/10
Interessado: Superintendência da Receita Estadual de Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Estadual.
Proc: 122/10
Interessado: Superintendência da Receita Estadual de Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Estadual.
Proc: 123/10
Interessado: Superintendência da Receita Estadual de Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Estadual.
Proc: 124/10
Interessado: Superintendência da Receita Estadual de Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Estadual.
Proc: 129/10
Interessado: Wilson Caldas Novaes Júnior.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Encaminhem-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.
Proc: 133/10
Interessado: Fórum Pela Mobilização Eleitoral em Alagoas.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Encaminhem-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.
Proc: 134/10
Interessado: Juízo de Direito da 7ª Vara Criminal da Capital / Tribunal do Júri.
Assunto: Encaminhando documentos (IP nº 001.09.027912-4).
Despacho: Encaminhem-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.
Proc: 135/10
Interessado: Secretaria de Estado de Defesa Social.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhem-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.
Proc: 136/10
Interessado: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Zumbi dos Palmares.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhem-se à 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Capital.
Proc: 138/10
Interessado: Secretaria Municipal de Planejamento.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Estadual.
Proc: 139/10
Interessado: Secretaria Municipal de Planejamento.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Estadual.
Proc: 144/10
Interessado: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Procurador de Justiça.
Assunto: Representação.
Despacho: Encaminhem-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.
Proc: 145/10
Interessado: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Procurador de Justiça.
Assunto: Representação.
Despacho: Encaminhem-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.
Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 21 de janeiro de 2010.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Oficial de Ministério Público/Diretoria Geral

ATO DE NOMEAÇÃO 03/10

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve nomear, em caráter efetivo e em virtude de aprovação em concurso público JEAN PABLO DOS SANTOS FURQUIM para exercer o cargo de Auxiliar de Apoio Administrativo, Símbolo AE-102 - PGJ, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público, criado pela Lei nº 6.623/05.
Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 21 de janeiro de 2010.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE NOMEAÇÃO 04/10

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve nomear, em caráter efetivo e em virtude de aprovação em concurso público EDBERTO MONTEIRO DOS SANTOS para exercer o cargo de Oficial de Apoio Administrativo, Símbolo AE-104 - PGJ, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público, criado pela Lei nº 6.623/05.
Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 21 de janeiro de 2010.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 024, DE 21 DE JANEIRO DE 2010

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar 15/96, e em face da suspeição arguida pelo Promotor de Justiça titular e de seu substituto legal, resolve designar a Dra. MARTHA BUENO MARQUES PINTO, 3ª Promotora de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, para atuar nos autos do processo nº 046.09.500636-8, em tramitação na 4ª Vara Criminal de Palmeira dos Índios.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

AVISO DE ANULAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2010

A Pregoeira do Ministério Público Estadual torna público e para conhecimento dos interessados a anulação da licitação de combustíveis (gasolina comum, álcool comum e óleo diesel comum) para a frota de veículos deste Órgão Ministerial.

MOTIVO: Não cumprimento da publicação do Edital em jornal de grande circulação, como exige a Lei nº 10.520/02, Decreto nº 3.555/00 e art. 9º do Ato Normativo PGJ nº 06/2005.

ESCLARECIMENTOS: o Processo PGJ nº 3241/2009 está disponível para a análise dos interessados, no segundo andar da Procuradoria-Geral de Justiça, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, ou pelo fone/fax (0xx82) 2122-3541, no horário das 08 às 12h das segundas às sextas-feiras.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.mp.al.gov.br

Os licitantes ficam intimados a se manifestarem no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos moldes do art. 49, § 3º e do art. 109, inciso I, alínea "c", da Lei nº 8.666/93.

Maceió, 21 de janeiro de 2010.

ANDRÉA DA SILVEIRA MONTE
Pregoeira

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS - ESMP-AL

O DIRETOR DA ESMP-AL, SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ, NESTA DATA:

CONVIDA a todos membros, servidores e estagiários do Ministério Público de Alagoas para o DEBATE SOBRE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, a ser realizado no dia 29/01/2010, às 9:30h, na Sala 01 da Sede da ESMP-AL (Rua Dr. Pedro Jorge de Melo e Silva, 636 - Poço - Maceió, nos termos da programação abaixo.

DEBATE SOBRE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

"A AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO COMO FORMA DE
INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA"

PROGRAMAÇÃO

9:30h - Abertura:

Dr. Eduardo Tavares Mendes
Procurador-Geral de Justiça de Alagoas

Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá
Diretor da ESMP-AL

Dr. Cláudio José Brandão Sá
Secretário de Planejamento da ESMP-AL

Dr.ª Stela Valéria Cavalcanti
Secretária Executiva da ESMP-AL

9:45h - Palestra:

Dr. Adriano Jorge Correia Barros de Lima
Promotor de Justiça de Matriz de Camaragibe-AL

10:45h - Debate (Perguntas e respostas)

ATENÇÃO: APENAS 35 VAGAS!

INSCRIÇÕES*: Até dia 28 de janeiro/2010, das 8h às 12h. Telefone (82)2122-3520 ou E-mail esmpal@yahoo.com.br (com os servidores Melba e João Marcello)

* Não haverá inscrições no dia do debate.

Maceió, 22 de janeiro de 2010.

Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá
Procurador de Justiça
Diretor da ESMP-AL

Melba Cândida Evaristo de Oliveira e Silva
Oficiala de Apoio Administrativo da ESMP-AL

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 01/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 14/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 02/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 15/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 03/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 16/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 04/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 17/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 05/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 18/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 06/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 19/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 07/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 20/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 08/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 21/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 09/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 22/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 10/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 23/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 11/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 24/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 12/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 25/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 13/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 26/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 14/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 27/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 15/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 28/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 14/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 27/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 15/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 28/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 16/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 29/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 17/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 30/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 18/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 31/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 19/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 32/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 20/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 33/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 21/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 34/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 22/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 35/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 23/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 36/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 24/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 37/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

PORTARIA N° 25/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93,
CONSIDERANDO que:
1 - Houve a publicação no Diário Oficial, no dia 17 de novembro do corrente ano, do resultado final do concurso realizado pela Secretaria da Educação e do Esporte para contratação de monitores;
2 - A existência de alguns questionamentos quanto à aprovação e classificação de alguns candidatos, participantes do certame;
3 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para tanto, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;
3 - Dentre as funções institucionais do Ministério público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

RESOLVE:
Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 38/2010, para análise da questão a luz da Legislação Pátria. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
II. Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
III. Expedição dos ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de janeiro de 2010

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

==========
>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<
==========

AO(S) '21' DIA(S) DO MÊS DE JANEIRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTES PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 137/2010
Interessado:
DIRETORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
Natureza:
REQ. AUTORIZACAO PARA ADQUIRIR
Assunto:
JUNTO A FIRMA ABAKAM COMÉRCIO LTDA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 138/2010
Interessado:
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Natureza:
ENCAMINHANDO DOCUMENTOS
Assunto:
01 (UM) CD ROM E UM CADERNO EM ANEXO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 139/2010
Interessado:
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Natureza:
ENCAMINHANDO DOCUMENTOS
Assunto:
01 (UM) CD ROM E UM CADERNO EM ANEXO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 140/2010
Interessado:
DR. MAURICIO AMARAL WANDERLEY, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO SUSPENSAO DE FERIAS
Assunto:
DESIGNADAS PARA OS MESES DE FEVEREIRO E MARÇO DE 2010
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 142/2010
Interessado:
DRA. ADRIANA ACCIOLY DE LIMA VILELA,PROMOTORA DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO LICENCA MEDICA
Assunto:
EM VIRTUDE DO NASCIMENTO DA FILHA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 143/2010
Interessado:
DIRETORIA DO CENTRO DE GERENCIAMENTO E INFORMÁTICA DO MP
Natureza:
REQ. AUTORIZACAO P/CONTRATACAO
Assunto:
DE EMPRESA ESPECIALIZADA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 144/2010
Interessado:
DR. ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO,PROCURADOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REPRESENTACAO CRIMINAL
Assunto:
CONTRA: MARCILENE DE OLIVEIRA COSTA, SECRETÁRIA DE FINANCAS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 145/2010
Interessado:
DR. ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO,PROCURADOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REPRESENTACAO CRIMINAL
Assunto:
CONTRA: JOSÉ CÍCERO ALMEIDA, PREFEITO DE MACEIÓ
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 141/2010
Interessado:
NEAFA - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL FRANCISCO DE ASSIS
Natureza:
REQ. PROVIDENCIAS
Assunto:
REFERENTE A VERIFICAÇÃO DE VISTORIA NO CIRCO ESTORIL
Remetido para:
NÚCLEO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Proc. 96/2010
Interessado:
MILLS DO BRASIL ESTRUTURAS E SERVIÇOS LTDA
Natureza:
REQUERENDO CERTIDAO
Assunto:
RELAÇÃO DE PROCEDIMENTOS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

DIEGO DE AMORIM ROCHA PEIXOTO
AUXILIAR DE APOIO ADMINISTRATIVO

==========
> > > > > > > PROTOCOLO GERAL < < < < < < <
==========

AO(S) '21' DIA(S) DO MÊS DE JANEIRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO,PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA,ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTES PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CAMARA CIVEL

2009.004331-3
AGRAVO DE INSTRUMENTO
QUEBRANGULO
AGRATE :
EDNA CARLOS MEDEIROS E OUTROS
AGRADO :

Entrada :11/1/2010 Retirada :12/1/2010
Devolução :21/1/2010 Saidap/ TJ 21/1/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 11/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENISE GUIMARAES DE OLIVEIRA

2ª CAMARA CIVEL

2009.004582-9
APELAçãO CIVEL
ANADIA
APETE :
MINISTERIO PUBLICO
APEDO :
JOSE WEBERSON DE SOUZA E OUTRO
Entrada :11/1/2010 Retirada :11/1/2010
Devolução :21/1/2010 Saidap/ TJ 21/1/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 11/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
SERGIO ROCHA CAVALCANTE JUCA

2ª CAMARA CIVEL

2009.004445-6
APELAçãO CIVEL
LIMOEIRO DE ANADIA
APETE :
MUNICIPIO DE LIMOEIRO DE ANADIA
APEDO :
GILSON ANGELO DOS SANTOS
Entrada :11/1/0201 Retirada :11/1/2010
Devolução :21/1/2010 Saidap/ TJ 21/1/2010

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
SERGIO ROCHA CAVALCANTE JUCA

ASSESSORA TÉCNICA

==========
> > > > > > > PROTOCOLO GERAL < < < < < < <
==========

AO(S) '21' DIA(S) DO MÊS DE JANEIRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO,PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA,ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTES PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CAMARA CIVEL

2009.004764-1
APELAçãO CIVEL
CAPITAL
APETE :
MUNICIPIO DE MACEIO
APEDO :
BABARA REBECA PEREIRA DE BRITO E OUTROS
Entrada :19/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENISE GUIMARAES DE OLIVEIRA

1ª CAMARA CIVEL

2009.004810-0
APELAçãO CIVEL
CAPITAL
APETE :
SILOE DE OLIVEIRA MOURA
APEDO :
ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :19/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENISE GUIMARAES DE OLIVEIRA

1ª CAMARA CIVEL

2009.004883-2
APELAçãO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
JULIANA ROCHA TENORIO REP.P/MAE JUDILEUZA LEITE
DA ROCHA
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENISE GUIMARAES DE OLIVEIRA

1ª CAMARA CIVEL

2009.002679-5
AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO
JOAQUIM GOMES
AGRAVANTE :
MUNICIPIO DE JOAQUIM GOMES
AGRAVADO :
SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE
JOAQUIM GOMES
Entrada :19/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENISE GUIMARAES DE OLIVEIRA

1ª CAMARA CIVEL

2009.004841-6
APELAçãO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
CLAUDIONOR LEMOS CAVALCANTE
Entrada :19/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENISE GUIMARAES DE OLIVEIRA

1ª CAMARA CIVEL

2009.004766-5
APELAçãO CIVEL
CAPITAL
APETE :
MUNICIPIO DE MACEIO
APEDO :
LEILANY LIMA BRANDAO
Entrada :15/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 15/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENISE GUIMARAES DE OLIVEIRA

2ª CAMARA CIVEL

2009.004916-4
APELAçãO CIVEL
VICOSA
APETE :
DAURACI OLIVEIRA DE ALMEIDA
APEDO :
IRENE DA SILVA LUCENA
Entrada :21/1/2010 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

3ª CAMARA CIVEL

2004.000591-1
APELAçãO CIVEL
CAPITAL
APETE :
CEAL-COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS
APEDO :
ARISTOTELES CALAZANS SIMOES
Entrada :21/1/2010 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

3ª CAMARA CIVEL

2009.004711-5
APELAçãO CIVEL
MARECHAL DEODORO
APETE :
MUNICIPIO DEMARECHAL DEODORO
APEDO :
MUCIO JOSE COSTA AMORIM
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

3ª CAMARA CIVEL

2008.003743-4
APELAçãO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
JAIRO SILVA MELO E OUTROS
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
SERGIO ROCHA CAVALCANTE JUCA

3ª CAMARA CIVEL

2008.002246-4
APELAçãO CIVEL
PALMEIRA DOS INDIOS
APETE :
MUNICIPIO DE PALMEIRA DOS INDIOS
APEDO :
VANDA FRANCA DA SILVA
Entrada :21/1/2010 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

3ª CAMARA CIVEL

2008.000784-0
APELAçãO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
SERGIO GOMES DE MOURA, NILSON MARQUES DA SILVA
E MARQUES MOURA LTDA
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2002.002209-9
RECURSO ESPECIAL (APELAçãO CIVEL)
PORTO CALVO
RECORRTE :
SERGIO EDUARDO SIMOES
RECORRDO :
EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2009.002409-0
R. ESPECIAL (AGRAVO DE INSTRUMENTO)
CAPITAL
RECORRTE :
RORINILDO RAMOS DE MELO E SILVA
RECORRDO :
WAGNER CABRAL ENGENHARIA LTDA
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2009.002224-7
RECURSO EXTRAORDINáRIO (MANDADO DE SEGURANçA)
CAPITAL
RECORRTE :
ANA RAQUEL RIBEIRO SAMPAIO
RECORRDO :
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE
ALAGOAS
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2007.002091-7
RECURSO ESPECIAL (APELAçãO CIVEL)
CAPITAL
RECORRTE :
JOAO GOMES CAVALCANTI E OUTRO
RECORRDO :
DALVA VIEIRA DE ARAUJO
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2009.004302-1
MANDADO DE SEGURANçA (TPC)
CAPITAL
IMPTE :
SILVIA MARIA DOS SANTOS
IMPEDO :
GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2008.003733-1
R. ESPECIAL (AGRAVO DE INSTRUMENTO)
CAPITAL
RECORRTE :
EMPRESA SãO FRANCISCO LTDA
RECORRDO :
SANDYONARA CAMILA RAMOS DA SILVA
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2009.002006-1
R. ESPECIAL (AGRAVO DE INSTRUMENTO)
CAPITAL
RECORRTE :
ESTADO DE ALAGOAS
RECORRDO :
LUCAS LOPES DORIA FERREIRA
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2008.001880-5
R. ESPECIAL (AGRAVO DE INSTRUMENTO)
MATA GRANDE
RECORRTE :
O BOTICARIO FRANCHISING S/A
RECORRDO :
MJ HERMINIO DIAS - ME
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2008.002997-0
RECURSO ESPECIAL (APELAçãO CIVEL)
CAPITAL
RECORRTE :
MUNICIPIO DE MACEIO
RECORRDO :
SERVICO MEDICOS LTDA
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2006.000763-1
RECURSO ESPECIAL (APELAçãO CIVEL)
CAPITAL
RECORRTE :
MUNICIPíO DE MACEIO
RECORRDO :
JOAO DE SOUZA LESSA
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2008.001860-9
R. ESPECIAL (AGRAVO DE INSTRUMENTO)
PAO DE ACUCAR
RECORRTE :
O BOTICARIO FRANCHISING S/A
RECORRDO :
MARIA ZELIA MELO NOBRE - ME
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2009.004298-8
MANDADO DE SEGURANçA (TPC)
CAPITAL
IMPTE :
MARIA ISABEL MACHADO DAMASCENO
IMPEDO :
GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2009.000666-9
RECURSO ESPECIAL (APELAçãO CIVEL)
TEOTONIO VILELA
RECORRTE :
HIPERCARD-ADMINISTRADORA DE CARTAO DE CREDITO
RECORRDO :
JAIRO XAVIER COSTA
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2009.001836-5
R. ESPECIAL (AGRAVO DE INSTRUMENTO)
ARAPIRACA
RECORRTE :
BANCO ABN REAL S/A
RECORRDO :
ANA LUCIA BARROS DE JESUS
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2007.001785-5
RECURSO ESPECIAL (APELAçãO CIVEL)
JUNQUEIRO
RECORRTE :
MARIA DE LOURDES VIEIRA DOS SANTOS E OUTROS
RECORRDO :
REAL PREVIDENCIA E SEGUROS S/A
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2007.002833-9
RECURSO ESPECIAL (APELAçãO CIVEL)
CAPITAL
RECORRTE :
ESTADO DE ALAGOAS
RECORRDO :
BONANCA HOTEIS E TURISMO LTDA
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2003.002347-0
RECURSO ESPECIAL (APELAçãO CIVEL)
CAPITAL
RECORRTE :
MUNICIPIO DE MACEIO
RECORRDO :
LOCADORA QUILOMBO LTDA
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2002.001578-0
RECURSO ESPECIAL (APELAçãO CIVEL)
CAPITAL
RECORRTE :
MUNICIPIO DE MACEIO
RECORRDO :
TORRE EQUIPAMENTOS DE OBRAS LTDA
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2009.000863-2
R. ESPECIAL (AGRAVO DE INSTRUMENTO)
MARECHAL DEODORO
RECORRTE :
AUTO POSTO SAO RAFAEL LTDA
RECORRDO :
BANCO BRADESCO S/A
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2009.001621-3
RECURSO ESPECIAL (APELAçãO CIVEL)
CAPITAL
RECORRTE :
EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAO
S/A
RECORRDO :
ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :21/1/2010 Retirada :21/1/2010
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 21/1/2010
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

ASSESSORA TÉCNICA